



ACÓRDÃO Nº 861/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2377/2013 - 09 volumes.

Apenso: Processo nº 2378/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundação Municipal de Inclusão Socioeducacional – FMDS.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Ronyerveson Pereira Siqueira, cargo Diretor e Presidente da Fundação.

6- Unidade Técnica: DICA/MA - Informação nº 18/2015 (fls. 1588/1589).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1601/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 1605)

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundação Municipal de Inclusão Socioeducacional. Exercício 2012.

*Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo.
Cobrança Executiva. Recomendação a Fundação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Fundação Municipal de Inclusão Socioeducacional-FMDS, relativa ao exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Ronyerveson Pereira Siqueira, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2- Aplicar multa no montante de **R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos)** ao Sr. Ronyerveson Pereira Siqueira, com base no art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, V e VI, da Resolução n. 04/02-TCE;

9.3- Julgar em alcance o Sr. Ronyerveson Pereira Siqueira, no valor total de **R\$ 50.920,63 (cinquenta mil, novecentos e vinte reais e sessenta e três centavos)**, em função das glosas especificadas no Relatório Conclusivo nº 10/2013 da DICA/MA (fls. 897/923);

9.4- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da pena pecuniária imposta, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, **autorizar** desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;



ACÓRDÃO Nº 861/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Recomendar a Fundação Municipal de Inclusão Socioeducacional- FMDS que:

9.5.1- Cumpra com mais rigor o estipulado no artigo 94 a 96, da Lei 4.320/64;

9.5.2- Opte pelo melhor preço nas adesões a Atas de Registro de preço;

9.5.3- Abstenha-se de pagamento de multas e juros, em desacordo ao artigo 4º, da Lei 4320/64;

9.5.4- Realize levantamento no intuito de opinar entre a aquisição ou locação de veículos de forma a comprovar o benefício entre a modalidade escolhida;

9.5.5- Implante dentro do período de 03 meses o monitoramento da assiduidade e pontualidade dos seus servidores e colaboradores mediante controle eletrônico de ponto biométrico, em observância ao artigo 5º, do Decreto nº 0203, de 07/07/2009;

9.5.6- Crie procedimento de forma a tornar eficaz o artigo 13, do Decreto nº 0223, de 23/07/2009, que estabelece a obrigatoriedade de participação de bolsistas em projetos da Prefeitura;

9.5.7- Busque a execução dos programas de trabalho, afim de cumprir a missão instituição e o processo planejamento-orçamento da Prefeitura e Fundação, nos termos do art. 2º, da lei nº 4320/64.

10- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de setembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral